



**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 285,
de 06 de março de 2006**

Dê-se nova redação ao Inciso IV, do Art. 2º:

IV – prazo de pagamento: no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez (10) anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repactuadas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após um ano de carência contado da data da repactuação;

Justificativa

Os termos da MP em apreço estabelecem condições proibitivas em relação à situação de penúria em que se encontram a maioria dos mini e pequenos produtores da Região Nordeste.

Sendo que esta nova MP foi editada para atender aos mini e pequenos produtores e agricultores familiares que não conseguiram renegociar suas dívidas, é fundamental que, pelo menos, sejam oferecidas as mesmas condições de repactuação, dadas nas medidas e leis anteriores. Por exemplo, de acordo com os termos da Lei 10.696, de 2003, foi estabelecido um prazo de dez (10) anos para a amortização das dívidas de financiamentos de investimentos.

O prazo de apenas seis (6) anos, pelos termos atuais da MP em apreço, tornará as prestações extremamente altas, inviabilizando as repactuações. Por outro lado, é fundamental oferecer uma **carência** para os agricultores em situação de inadimplência. A condição de vencimento “da primeira parcela na data da renegociação”, estabelecida pelos termos atuais da MP em apreço, inviabilizará qualquer proposta de repactuação das dívidas agrícolas na Região Nordeste.

É fundamental, portanto, alongar para 10 anos o prazo de pagamento e estabelecer, no mínimo, uma carência de dois anos para que os agricultores possam se capitalizar. Essas são condições mínimas para viabilizar ou efetivar os termos da nova proposta de renegociação.

Heloísa Helena

Senadora Heloísa Helena – PSOL/AL

